

Arquitetura e Estado no Brasil: Rino Levi - Hespéria nos Trópicos

Fabio Fernandes Villella

fabio_villela@hotmail.com

Resumo:

Esta proposta de comunicação tem como objetivo mostrar um pouco da história das relações entre Arquitetura e Estado no Brasil e especialmente na cidade de São Paulo. O subtítulo deste artigo: Rino Levi: Hespéria nos Trópicos é uma metáfora da presença italiana no Brasil; deste intelectual formado na Itália que desenvolve suas atividades na cidade de São Paulo, a “Hesperia Nostra”. Este trabalho tem como base minha dissertação de mestrado, Villella (2003), cujo objetivo foi compreender a racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura. Esta dissertação de mestrado possibilitou traçar, entre outros aspectos, uma outra história da relação entre “Arquitetura e Estado” no Brasil a partir da industrialização em São Paulo. Baseados na noção de intelectuais de Gramsci, discutimos a concepção ampliada de Estado e vislumbramos um determinado tipo de Estado que, em nosso caso, é o Estado Industrialista. E nos interessava relacionar as políticas públicas desse Estado para a industrialização às indústrias projetadas pelo escritório “Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda.” – ERLAA – que desenvolveu, ao longo de suas atividades das décadas de 20 à 90, muitos projetos na cidade de São Paulo. A relação ora proposta é inédita. Alicerçados nesta relação, colocamos em cena uma outra acerca dos intelectuais e a industrialização de São Paulo.

Abstract:

Architecture and State in Brazil – Rino Levi: Hesperia in the Tropics

The aim of this communication is to discuss a piece of the history of the relationship between Architecture and State in Brazil, especially in São Paulo city. The subtitle of this paper “Rino Levi – Hesperia in the Tropics” is a metaphor based on Italian presence in Brazil, once Levi is graduated in Italy and develops his activities in São Paulo city, the “Hesperia Nostra”. This paper is based on my master dissertation, Villella (2003), which main purpose was to understand the rationalization of labor processes at an architect office. In this master dissertation was shown, besides other aspects, another history about the relationship between Architecture and State in Brazil from industrialization in São Paulo. Based on the

notion of intellectuals as proposed by Gramsci, we discuss the enlarged conception of State and we argue in favor of a type of State that is, in our case, a developing State. What is relevant to notice is the relationship between the public policy of this developing State for industrialization and the industries projected by Rino Levi & Associated Architects Office – ERLAA, in Portuguese – an architect office that develops many projects in São Paulo city from 20’ to 90’. Based on this relationship – which is completely new – another relation between intellectuals and industrialization in São Paulo is done.

Palavras-chave:

Práticas de Escritório; Intelectuais e Política – Brasil; Industrialização – São Paulo (cidade).

Texto e ilustrações sem qualquer identificação de autoria:

Arquitetura e Estado no Brasil: Rino Levi - Hespéria nos Trópicos

Retocai o céu de anil
Bandeiras no cordão
Grande festa em toda a nação
Despertai com orações
O avanço industrial
Vem trazer nossa redenção.

Tom Zé. Parque Industrial. In: Tom Zé, 1968.

Este artigo tem como objetivo mostrar um pouco da história das relações entre Arquitetura e Estado no Brasil e especialmente na cidade de São Paulo. O título: Rino Levi: Hespéria nos Trópicos é uma metáfora da presença italiana no Brasil; deste intelectual formado na Itália que desenvolve suas atividades na cidade de São Paulo, “Hesperia Nostra”. Este trabalho tem como base minha dissertação de mestrado, Villela (2003), cujo objetivo foi compreender a racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura. Algumas conclusões da minha dissertação de mestrado só foram possíveis devido à oportunidade, da qual sou imensamente grato, de colaborar na organização e digitalização de imagens do acervo de Rino Levi na FAU PUC-Campinas, quando o escritório encerrou suas atividades. O Escritório Rino Levi Arquitetos Associados contratou os melhores fotógrafos de sua época para registrar, da planta no papel à obra construída em canteiro, preocupados com a preservação da memória e cientes de que lidavam com construções inovadoras¹.

¹ O projeto de digitalização “Acervo Digital Rino Levi – FAU PUC-Campinas” contou com financiamento da FAPESP e foi coordenado pelos professores Abílio Guerra, Maria Beatriz de Camargo Aranha e Wilson Roberto Mariana. O acervo conta com mais de 3.500 imagens em alta resolução, que estão hoje depositadas na FAU PUC-Campinas e na FAU-USP. Os originais do escritório (negativos, diapositivos e ampliações fotográficas) que serviram de base para as imagens digitais, são hoje parte integrante do acervo da FAU-USP. Dentre as publicações que se utilizaram do

Esta dissertação de mestrado possibilitou retrair, entre outros aspectos, uma outra história da relação entre “Arquitetura e Estado” no Brasil a partir da industrialização em São Paulo. Baseados na noção de intelectuais de Gramsci, discutimos a concepção ampliada de Estado e vislumbramos um determinado tipo de Estado que, em nosso caso, é o Estado Industrialista. E nos interessa relacionar as políticas públicas desse Estado para a industrialização às indústrias projetadas pelo escritório “Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda.” – ERLAA – que desenvolveu, ao longo de suas atividades das décadas de 20 a 90, muitos projetos na cidade de São Paulo e sua macro-região. A relação ora proposta é inédita. Alicerçados nesta relação, pudemos colocar em cena uma outra acerca dos intelectuais e a industrialização de São Paulo.



Figura 001
Sarti 1935

O que foi o ERLAA? No ano de 1928, abria seu escritório em São Paulo um arquiteto que tinha se formado na Itália e que devia ocupar um lugar notável na Arquitetura Moderna Brasileira. Tinha nascido em São Paulo, mas os pais eram italianos. Estudou primeiramente na Academia de Brera em Milão, depois na Escola Superior de Arquitetura em Roma, onde conseguiu o diploma em 1926, tendo por professores Giovannoni, Piacentini, Del Debbio e Foschini. Suas primeiras obras de impacto em São Paulo foram o edifício Columbus, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, o cinema UFA-Palace, na Avenida São João, a residência Médici, em Santo Amaro, o edifício Sarti, na Praça da República [figuras 001, 002, 003 e 004], entre outros. Todos edifícios elaborados de forma racional, com clareza, simplicidade de volumes, estrutura evidente e plantas detalhadas com esmero. Discreto, sem polemizar, com seriedade, tenacidade e a profundidade de seu preparo, Rino Levi combatia o “bom combate” em favor da Arquitetura Moderna, desenvolvendo uma obra paralela àquela de seu colega de estudos em Roma: Gregori Warchavichik. A arquitetura de Rino Levi não nos seria de todo clara, sem considerar as influências sutis e duráveis que a cultura italiana exerceu sobre sua formação.



Figura 002
Sarti 1935



Figura 003
Sarti 1935



acervo digital, destaque para o seguinte livro: ANELLI, Renato; GUERRA, **Levi**: Arquitetura e Cidade. São Paulo: Romano e Guerra, 2001.

E a “essência” da cultura italiana presente na formação do arquiteto é capturada por Salmoni e Debenedetti [1953 (1981, p. 142)] quando as autoras afirmam que “há, em todos os trabalhos de Rino Levi, mesmo naqueles que melhor se harmonizam com as experiências e com as pesquisas da moderna escola brasileira de arquitetura, a fundamental ‘substancialidade’ comum à escola arquitetônica italiana; ‘substancialidade’ que é o reflexo da bagagem de uma tradição secular, da cultura clássica, de um profundo e cuidadoso preparo técnico. E há também, talvez, em alguns trabalhos de Levi, uma diversidade entre ‘peso’, que a tradição italiana lhe comunicou, impelindo-o a equilibrar os volumes, a escandir ritmicamente as superfícies, a instituir relações dimensionais, e o imprevisto, o estro, a audácia, a leveza que caracterizam a arquitetura moderna do Brasil. De 1928 até sua morte em 1965, Rino Levi trabalhou sem descanso, contribuindo grandemente na criação do aspecto moderno de São Paulo. Seus antigos colaboradores no escritório conservam, até os dias de hoje, o espírito de seu fundador”.



Figura 005
Guarani 1936



O arquiteto Roberto Cerqueira César juntou-se, em 1941, ao Carvalho escritório como assalariado, passando pouco depois a sócio. O arquiteto Luiz Roberto Franco, após estágio de 2 anos, foi convidado em 1951 a participar do escritório como assalariado passando também pouco depois a sócio. Com o falecimento de seu fundador, o escritório continuou suas atividades sob a denominação de “Rino Levi Arquitetos Associados SC Ltda”. Em 1972, o arquiteto Paulo Bruna, que iniciara suas atividades como estagiário, foi convidado a associar-se como diretor. Em 1986, o arquiteto Antônio Carlos Sant’Anna Jr., que também começara a trabalhar no escritório como estagiário em 1974, tornou-se sócio-diretor.

Figura 006
Higienópolis 1936



Figura 007
Trussardi 1942

O ERLAA cobriu praticamente todas as áreas do trabalho profissional, em mais de 80 anos de atividades ininterruptas, desde casas isoladas até complexos industriais, edifícios comerciais, escritórios, apartamentos e hospitais. Além do desenvolvimento de projetos, o escritório sempre procurou estar na vanguarda de seu tempo em outros aspectos da arquitetura como produzindo pesquisa em pré-



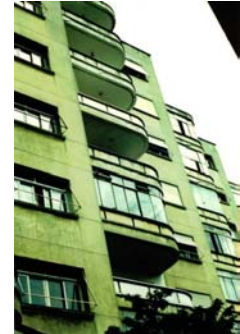
Figura 008
Schisser 1943

fabricação de canteiro, utilizando estruturas metálicas,



Figura 009
Schisser 1943
vista atual muito
descaracterizado

implementando a racionalização dos processos construtivos e das práticas de escritório, fazendo uso de computadores aplicados à arquitetura, ensino e participando de atividades públicas e profissionais. No final da década de 90, o escritório se divide entre os antigos diretores continuando Antônio Carlos Sant'Anna e Luís R. Carvalho Franco com a denominação "Rino Levi Arq. Ass. SC Ltda" e, logo depois, encerrando suas atividades. Cerqueira César e Paulo Bruna continuaram suas atividades sob a denominação de "Paulo Bruna Arq. Ass. SC Ltda".



A influência de Rino Levi na configuração urbana de São Paulo é impressionante. Caminhando pelo centro de São Paulo, observando atentamente os prédios ao nosso redor, chega-se ao reconhecimento do arquiteto Rino Levi como um dos artífices da verticalidade e da configuração moderna que a capital paulista ganhou no decorrer do século 20. A assinatura do ERLAA está em projetos dos edifícios residenciais e comerciais, Guarani [figura 005], Higienópolis [figura 006], Trussardi [figuras 007], Schisser [figuras 008 e 009], Porchat [figuras 010], Prudência [figura 011], Companhia Seguradora Brasileira [figura 012] no Cine Ipiranga e Hotel Excelsior, no Teatro Cultura Artística [figura 013], no Instituto Sedes Sapientiae, na sede do Banco Paulista do Comércio [figura 014], no Hospital Central do Câncer [figura 015] e no Hospital da Cruzada Pró-Infância, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, na residência Olivo Gomes, em S. José dos Campos [figura 016] e no Centro Cívico de Santo André. Rino Levi projetou o Edifício Columbus, primeiro condomínio de apartamentos da metrópole (demolido

Figura 010
Porchat 1943



Figura 011
Prudência 1945

em 1971), onde foram instaladas pesadas cortinas nas sacadas, pois os moradores temiam uma invasão de privacidade, mesmo estando isolados nas alturas. Na Avenida Paulista e adjacências reluzem os prédios Plavinil-Elclor [figura 017], do Banco Sul Americano [figura 018] e o da Fiesp-Ciesp-Sesi [figura 019]. Ademais, muitas obras de Levi foram copiadas e disseminadas por arquitetos, engenheiros, mestres-de-obras, exatamente como ele pretendia ao optar por um projeto-padrão relacionado à finalidade do prédio.



Figura 012
Seguradora 1945

A importância de Rino Levi para a Arquitetura Moderna Brasileira já rendeu importantes estudos, tais como: Salmoni e Debenedetti [1953 (1981)], Reis Filho (1975), Miguel (1985), Machado (1992), Aranha (1993 e 2003), Anelli (2001 e 1995) e Gonsales (2000 e 2001). Uma abordagem ainda inédita, contudo, refere-se ao peso do arquiteto no próprio processo de industrialização paulista, visto que ele e seus sócios de escritório projetaram perto de 80 indústrias, sendo inúmeras multinacionais e boa parte na região do ABCD. Rino Levi pode ser considerado o arquiteto da industrialização em São Paulo. Ele estava vinculado a intelectuais da iniciativa privada que criaram um projeto de industrialização para o país, principalmente Roberto Simonsen, articulador do movimento. O grupo tinha comerciantes, industrialistas, banqueiros, agricultores, economistas, funcionários do governo, professores universitários e técnicos, tais como, Gastão Vidigal, Eugênio Gudim, Octavio Gouvêa de Bulhões, Glycon de Paiva, Gileno de Carli, Euvaldo Lodi, João Daudt d'Oliveira entre outros. Rino Levi formou-se em Milão e Roma, e seu mestre Marcello Piacentini, com quem chegou a trabalhar, influenciou toda a Arquitetura Moderna Italiana - o *Razionalismo* e se tornou arquiteto oficial do regime fascista de Mussolini. Levi foi aluno, mas não



Figura 013
Cultura Artística
1943



Figura 014
Paulista do
Comércio 1947

um adepto de Piacentini. Ainda na Itália, defendia a modernização da arquitetura brasileira, em detrimento da escola neoclássica preconizada pelos fascistas. Ao longo da carreira, porém, sua obra jamais perderia certa “substância” do *razionalismo* italiano. Ao retornar em 1926 ao Brasil, foi contratado pela Companhia Construtora de Santos, pertencente a Roberto Simonsen, o qual nunca participou diretamente do governo Vargas, mas era o que Gramsci (2001, v. 2, p. 11) chamou de “intelectual orgânico” da criação de um Estado Industrialista. A relação entre Levi e Simonsen é imprescindível para compreendermos a interação entre “Arquitetura e Estado” no Brasil especialmente em São Paulo.



Figura 015
Central do Câncer 1947



Figura 016
Olivo Gomes 1951

Simonsen foi um industrial, historiador e político brasileiro. Nasceu em Santos em 1889 e faleceu no Rio de Janeiro em 1948. Foi

diretor-geral da prefeitura de Santos, fundou em 1912 a Companhia Construtora de Santos, participando desde então da direção de várias companhias industriais (artefatos de cobre, frigoríficos, borracha e combustíveis líquidos). Liderou, em 1928, uma cisão na Associação Comercial de São Paulo e, juntamente com outros industriais, fundou o Centro das Indústrias (que, mais tarde, transformou-se na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP). Na vida pública, além de cargos municipais



Figura 017
Plavinil – Elclor 1961

em Santos, foi deputado pelo Partido Constitucionalista à Assembléia Nacional Constituinte (1934-1935) e depois ao Congresso Nacional (até 1937). Foi o idealizador do Senai e do Sesi e fundador da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), da Faculdade de Engenharia Industrial (ambas em São Paulo) e do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Deputado federal pelo PSD paulista em 1945, foi senador (1946), membro do Conselho Federal de Comércio Exterior. Defensor da industrialização do Brasil e da proteção governamental às indústrias polemizou vivamente com partidários do livre-cambismo, particularmente com Eugênio Gudim, que defendiam a "vocaçãõ agrícola" do país e atacavam a instalação de indústrias locais. Escreveu vasta bibliografia de História Econômica, onde se destacam: História Econômica do Brasil (1937), As Conseqüências Econômicas da Abolição (1938), Evolução Industrial do Brasil (1939), A Indústria em Face da Economia Nacional (1937) e Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos (1943), entre outros.



Figura 018
Sul Americano 1962

O grupo de intelectuais, do qual Simonsen e Levi fizeram parte, engendrou um "projeto industrialista" a partir dos anos vinte, destinado a inaugurar uma nova fase na história do Brasil, defendendo o direito de conduzir o país à modernidade, através da superação do subdesenvolvimento e da conquista de um papel diferenciado no cenário internacional. Simonsen transformou-se em líder e porta-voz de poderosa parcela do empresariado e Levi e seu escritório teve papel fundamental na execução desse "projeto". Ambos são "intelectuais orgânicos", cujas práticas expressam essa "vontade coletiva" de racionalização e planificação deste "Estado Industrialista", e, portanto, agentes privilegiados da industrialização em São Paulo. Do projeto para o Edifício Sede da Companhia Construtora de Santos de 1926 (não construído), passando pelas 80 indústrias projetadas pelo



Figura 019
Fiesp-Ciesp-Sesi
1969

escritório² [figura 020] e pelo projeto do Edifício de Apartamentos para Roberto Simonsen de 1945 (não construído), ao Edifício Sede da FIESP-CIESP-SESI de 1969 na Avenida Paulista [figura 019], há uma profunda identificação entre os “projetos” desses intelectuais. O vínculo com Simonsen foi fundamental para que Rino Levi construísse, a partir do escritório montado em 1928, na Capital, uma carreira voltada essencialmente para a “sociedade civil”, termo utilizado especialmente por Gramsci (2001, v. 3, p. 239).

O estudo dos intelectuais, tal como formulado por Gramsci, nos permite recolocar importantes questões para a compreensão das relações entre Estado e Arquitetura no Brasil, uma parcela desses empresários, tais como Simonsen e Levi, reúne as capacidades



Figura 020
Companhia Jardim de
Cafés Finos 1943

necessárias para serem organizadores da sociedade em geral, de modo a permitir a máxima expansão de sua própria classe, ou seja, devem ser organizadores estatais. Conforme Gramsci (2001, v. 3, p. 237) nos mostra: “Embora não todos os empresários, pelo

menos uma elite deles deve ter uma capacidade de organizador da sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, pela necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão de sua própria classe; ou deve possuir pelo menos a capacidade de escolher os 'delegados' (empregados especializados) aos quais confiará essa atividade organizativa das relações gerais externas à empresa”.

Esses “intelectuais condensados” são organizadores políticos e vanguarda da burguesia nacional conforme aponta Bianchi (2001, p. 31-2): “ao mesmo tempo em que são empresários, chefes de negócios, industriais, comerciantes, banqueiros, ou profissionais liberais, são organizadores estatais e realizam a identidade entre representante e representado e são a vanguarda orgânica da burguesia. São aquilo que Gramsci chamava, referindo-se aos moderados no processo de unificação italiana, ‘intelectuais condensados’. O prestígio e influência destes ‘intelectuais condensados’ sobre o conjunto do empresariado provêm não apenas de suas idéias, como de seu sucesso nos negócios, e o exemplo mais típico existente no Brasil foi o de Roberto Simonsen”.

² Dentre as cerca de 80 indústrias projetadas pelo escritório poderíamos destacar algumas: 1943 - Companhia Jardim de Cafés Finos. Av. do Estado, 5748 - São Paulo [figura 021]; 1956 - Laboratório Paulista de Biologia. R. Maria Cândida, 1693 - São Paulo; 1963 - Usina de Leite Parahyba - São José dos Campos, SP; 1972 - Jornal “O Estado de São Paulo” - São Paulo; 1977 - Ind. Gessy Lever Ltda - Fábrica de Detergentes em Pó Industrializado - Indaiatuba, SP, entre outras.

O tema dos intelectuais, retomado a partir de Gramsci; deriva diretamente do destaque que tem para este autor a problemática da hegemonia. Conforme nos mostra Gruppi (2001, p. 80), “uma hegemonia se constrói quando tem os seus quadros, os seus elaboradores. Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante; são eles que elaboram a ideologia. Os intelectuais são os ‘persuasores’ da classe dominante, são os ‘funcionários’ da hegemonia da classe dominante”. Um dos interesses em estudar as indústrias projetadas pelo ERLAA em nossa dissertação de mestrado advém da possibilidade de compreensão da constituição da hegemonia burguesa no Brasil. Como afirma Gramsci (2001, v. 3, p. 10-11): “a hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade para exercer-se senão de uma quantidade mínima de profissionais intermediários da política e da ideologia”. E ainda: “a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psico-física a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo inato, ‘natural’, mas demanda ser adquirido, (...) a baixa natalidade urbana demanda um gasto contínuo e relevante para o tirocínio dos continuamente novos urbanizados, e traz uma contínua mudança da composição sócio-política da cidade, colocando continuamente sobre novas bases o problema da hegemonia”. Essa racionalização significa racionalizar os modos de viver, os novos métodos de trabalho - o Taylorismo e o Fordismo -, que Gramsci chamou de Americanismo, e que são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar, de sentir a vida, de construir e habitar da qual a Arquitetura Moderna Brasileira é sua expressão refinada.

Simonsen foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a defender o trabalho racional dentro da indústria cuja expressão é o Americanismo descrito por Gramsci (2001, v. 4, p. 237), e apresentado magistralmente no filme *Tempos Modernos* por Chaplin. Rino Levi levou esse processo de produção para dentro de seu escritório de arquitetura. Chamado de “racionalista dos trópicos” de onde vem a metáfora do título de nossa dissertação: Hespéria nos Trópicos (que é como os gregos chamavam a Itália), Rino Levi procurou racionalizar os processos de trabalho em escritório, padronizando seus projetos, criando, por exemplo, “programas” para prédios residenciais, comerciais, indústrias, hospitais, garagens verticais. Seus funcionários ficavam incumbidos de racionalizar todos os detalhes de determinado “programa” arquitetônico de forma a permitir que ela fosse reproduzida *ad infinitum*. Formou-se assim, um dos maiores escritórios do país, com mais de 30 profissionais, entre arquitetos, desenhistas e estagiários, constituindo o que Gramsci (2001, v. 3, p. 15) chama de “aparelho privado de hegemonia” do recém constituído Estado Industrialista do pós-anos 30.

O ERLAA torna-se um “aparelho privado de hegemonia”, cujo modo de constituição da hegemonia de classe é feita a partir de duas sínteses de Buci-Glucksmann (1980: p. 124-5): (1ª) A hegemonia e a constituição de um aparelho de hegemonia não se reduzem exclusivamente ao momento superestrutural, a superestrutura, garantindo a “reprodução” de relações de produção. Assim como toda correlação de forças parte da infra-estrutura e de suas contradições materiais, o aparelho de hegemonia está associado a um duplo funcionamento da sociedade civil. São as “iniciativas privadas” com as quais Gramsci caracteriza a sociedade civil e que poderiam definir-se como “iniciativas industriais monopolistas” por um lado, e “culturais-ideológicas”, de outro. E nesse sentido, o aparelho de hegemonia revela-se constitutivo das relações de produção como “relações sociais-ideológicas”. Ideologias práticas, modos de vida, de sentir se enraizam na base da relação “Civiltà – Produção”; (2ª) O “aparelho privado de hegemonia” é “de dominação” e depende do grau, do tipo de desenvolvimento capitalista, dos fatores nacionais específicos de uma formação social concreta. E a noção de intelectuais se torna importante na medida em que é relacionada com a dialética “Aparelho Produtivo – Estado”, modo de passagem da infra-estrutura à superestrutura. E os intelectuais são o elo principal da hegemonia em um tipo de desenvolvimento industrial que torna as relações entre a base e as superestruturas mais funcionais.

Diante disso, configura-se a chamada concepção ampliada do Estado. A ampliação do Estado passa por uma incorporação da hegemonia e de seu aparelho ao Estado, conforme Gramsci (2001, v. 3, p. 19-20): “Permanecemos ainda no campo da identificação entre o Estado e o governo, identificação que é justamente uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política; porque é preciso notar que a noção de Estado comporta elementos que devem ser vinculados à sociedade civil, (no sentido de Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, ‘hegemonia encouraçada de coerção’).”

É preciso esclarecer que ao mencionar a “confusão entre sociedade civil e sociedade política”, Gramsci está criticando a identificação entre “Estado” e “governo”, o que é uma crítica à ideologia liberal do Estado, como “sustentáculo da ordem” ou como “aparelho parlamentar” identificável simplesmente ao “governo”, questionando qualquer definição jurídico-coercitiva do Estado (Estado “policia”, “gendarme”, “vigilante”, “carabineiro”, etc.), fórmulas que designam “um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e ao respeito das leis”. Essa ideologia liberal oculta o poder do Estado como poder de classe: “Naturalmente, os liberais são pelo Estado vigilante, e gostariam que a iniciativa histórica

fosse deixada à sociedade civil e às diferentes forças que atuam, o Estado sendo um mero zelador da lealdade do jogo, das regras do jogo”.

À identificação entre o “Estado” e o “governo”, Gramsci opõe sua concepção ampliada do Estado. Ao precisar a natureza dessa "iniciativa histórica privada" relacionada com o conceito de sociedade civil, estabelece uma equivalência entre "aparelho de hegemonia privado" e "sociedade civil", sendo que o aparelho de hegemonia se reveste de uma “dupla dimensão”, qual seja, econômica e político-cultural: "(...) Estado deve-se entender não somente o aparelho governamental, mas também o aparelho "privado" de hegemonia ou sociedade civil". Através do enumeração dos “organismos privados”, o conceito de sociedade civil se vê captado por uma “dupla rede”, que define seu funcionamento e diz respeito às “sociedades capitalistas”, ou seja, às condições de vida materiais, ao sistema privado de produção e implica os aparelhos ideológico-culturais da hegemonia, isto é, aos “aparelhos privados de hegemonia” perfeitamente identificável ao ERLAA.

Ante estas considerações, cai por terra, qualquer “dualidade” ou “confronto” na Arquitetura Moderna Brasileira. A primeira dualidade em questão é a que estabelece arquitetura de “Estado” x “Iniciativa Privada”, que vincula-se à uma compreensão liberal do Estado, "sustentáculo da ordem", "aparelho parlamentar" identificável ao simples “governo”, “um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e ao respeito das leis”. Outra dualidade em discussão é arquitetura de “Gênio” x “Ofício”, que remete a uma outra dualidade medieval: “Artes Liberais” x “Aplicadas” ou ainda arquitetura “Nacional” x “Regional” vinculando a primeira à produção de Oscar Niemeyer e à “Escola Carioca”, que viriam conquistar fama por meio de grandes obras para o Estado, e a última caracterizada por um arquiteto como Rino Levi. Reduz-se muito a possibilidade de utilização dessa terminologia dicotômica para compreender as relações entre Arquitetura e Estado no Brasil. Cada vez que encontramos estas fórmulas dicotômicas estamos diante do pensamento que se referencia na mais clássica tradição. Isto quer dizer que este tipo de pensamento sublima a “síntese de múltiplas determinações” e necessita de uma forte unidade principal, unidade que é pressuposta para chegar a duas. A lógica binária e as relações biunívocas dominaram e dominam algumas disciplinas: das ciências humanas (“Os Dois Brasis”, “Casa-Grande e Senzala”, etc.) à lingüística (a qual opera, a partir de Chomsky, com a imagem de árvore sintagmática que começa num ponto S para proceder a análise por dicotomias), do estruturalismo à psicanálise (a árvore do delírio na interpretação freudiana) e à informática, etc.

Acreditamos como Martins (1987, p. 16) que não é possível pensar as relações entre Arquitetura e Estado “sem considerar a exigência de seu enfrentamento com as questões que marcaram o clima ideológico do período de sua afirmação no Brasil: o processo de modernização, o projeto de construção de uma identidade nacional e o papel específico do Estado nos processo de transformação social e cultural”. E conforme exposto em nossa dissertação de mestrado, também não é possível pensar a Arquitetura Moderna Brasileira sem desvendar sua contribuição para a problemática da constituição da hegemonia burguesa no Brasil.

A hegemonia é uma categoria que envolve: “interesses, ideais, princípios, modos de viver e trabalhar, visões de mundo, compreende também a cultura, expressa-se inclusive culturalmente: lemas, palavras de ordem, temas, controvérsias, políticas culturais, tendências artísticas, explicações sobre o presente e o passado, reinterpretções da história. Em várias épocas marcantes da história da sociedade brasileira, colocaram-se, de modo mais ou menos aberto, as articulações fundamentais entre hegemonia e cultura. Isto é, o poder político, em determinadas modalidades, implica largamente a cultura, em termos de arte, ciência e filosofia. É o que ocorre sob a monarquia, oligarquia, populismo e militarismo. Essas são épocas da história da cultura brasileira, desde que compreendida em suas diversidades: dominante, subalterna, rural, urbana, camponesa, indígena, afro-brasileira, burguesa, indústria cultural e assim por diante” esclarece Ianni (1994, p. 152).

Uma rápida caracterização da constituição da hegemonia burguesa no Brasil é a seguinte: em 1930, encontrava-se em decadência a velha República dos oligarcas. À crise mundial do capitalismo, deflagrada em 1929, soma-se à derrocada da economia agrícola de exportação e um novo impulso das relações capitalistas. Sodré (1997, p. 136) nos mostra que estávamos numa fase de ascensão burguesa e declínio da oligarquia agrária. Ao contrário dos antecedentes de rebeliões regionais e provinciais, o movimento iniciado em 1930 teve dimensão nacional, definindo a hegemonia burguesa no processo com o “apoio e a aliança tácita das classes trabalhadoras” conforme acentua Sodré (1997: p. 136).

“Em 1929, a oligarquia cafeeira, principal força do bloco agrário, entra em crise. A Revolução de 30 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, urbanização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo. Devido à “nova” configuração das classes sociais urbanas e às suas relações de força, o Estado começa a expressar um novo arranjo de classes: burguesias cafeeira, comercial,

industrial e imperialista, em associação com setores de classe média e operários. Alguns aspectos do significado da revolução de 30 e dos seus desdobramentos nos anos posteriores merecem registro especial” afirma Ianni (1985, p. 16).

O processo de constituição da hegemonia burguesa no Brasil, e especialmente em São Paulo, está de acordo com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado³, pois a ascensão burguesa coincide com a crise mundial do capitalismo, passando ela à classe dominante numa “revolução permanente” de sucessivos desenlaces. Conforme nos mostra Löwy (1998, p. 76-7), a partir das considerações de Trotsky (1962, p. 20-21), com a crise de 1929, a história mundial torna-se uma totalidade “concreta e contraditória” e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa: “O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...)”. As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: “Os selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”.

Oliveira (2004, p. 36) mostra que este processo em seus vários níveis e formas constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil a partir dos anos 30: “A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial, e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência, de setores ‘atrasado’ e ‘moderno’. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer cambio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que - sem abusar do gosto pelo paradoxo - a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico

³A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, de acordo com Löwy (1998, p. 74), nos ajuda a compreender estas “modificações” e, por consequência, explicita a lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. A sua primeira formulação encontra-se no ensaio de Trotsky “Balanço e Perspectivas” de 1906.

libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo”.

A ascensão da burguesia ao Estado oligárquico em crise, de acordo com Draibe (1985, p. 78), estabelece condições para a centralização política, possibilita as bases de uma profunda intervenção e regulação econômica estatal num espaço político constitutivo de interesses e conflitos sociais. Uma composição de forças marcada pela presença da burguesia assim como também do latifúndio, onde inicialmente buscou-se alijar a “agitação” tenentista, onde para classe emergente tratava-se de alterar a estrutura vigente, “quebrar o domínio oligárquico”, ampliar direitos democráticos a partir de uma nova política, apesar de não muita clareza de pensamento segundo Sodré (1976, p. 273-4). Movimento político-militar, que foi possível pela rachadura profunda que levou dissidências estaduais no partido Republicano, rompendo com o revezamento São Paulo e Minas Gerais, e uma facção dissidente aliou-se às velhas forças oposicionistas, ainda Sodré (1998, p. 105), e constituiu-se uma nova hegemonia.

“Pouco a pouco, forma-se um bloco industrial-agrário, compondo interesses da cafeicultura, indústria, comércio e imperialismo. Se é verdade que a preocupação com a indústria não era inicialmente visível, isto não significa que o governo permaneceu indiferente ao assunto. Ao contrário, as medidas anticíclicas adotadas para proteger a cafeicultura e outras políticas governamentais favoreceram tanto as fábricas e oficinas existentes como a criação de novas. Sob vários aspectos, a revolução de 30 assinala uma transição importante na história da sociedade brasileira. Apearam do poder do Estado os proprietários rurais, os cafeicultores que dominavam a Primeira República e que, pelo estilo do governar e pela política econômica que imprimiam, já constituíam um estorvo ao desenvolvimento do País. No seu lugar, ascende um outro setor da classe dos proprietários rurais, uma composição de setores nos quais prevaleciam aqueles que tinham uma ligação maior com o mercado interno e que, por isso, puderam mostrar-se mais sensíveis a um projeto de industrialização do país”, a partir de Ianni (1985, p. 17-18).

A “descontinuidade em movimento”, que caracteriza esse processo, retomando Löwy (1998, p. 76-7), manifesta-se também nas formas muito variáveis que pode tomar a integração de

elementos modernos pelas sociedades “atrasadas” ou dependentes: “A possibilidade de saltar os degraus intermediários não é, absoluta; ela é limitada pelas capacidades econômicas e culturais do país. Um país atrasado, rebaixa freqüentemente aquilo que ele empresta ao exterior para se adaptar à sua cultura mais primitiva. O próprio processo de assimilação toma, nesse caso, um caráter contraditório”. Esta perspectiva mais complexa, e que privilegia, não somente econômica e técnica, mas também cultural e política e nos permite esboçar uma visão dialética das relações entre “Arquitetura e Estado” no Brasil, pois encara o desenvolvimento histórico, não de forma dicotômica, mas através de saltos súbitos e de fusões contraditórias e aponta para a compreensão da construção dos “oásis” modernos em meio aos “chapadões” do Brasil.

Esse novo bloco histórico exerce influência sobre as diversas instâncias da sociedade e ao conquistar o aparelho estatal pode expandir a sua influência: do controle do sistema educacional à influência nas igrejas, das relações com a indústria cultural à disponibilidade de recursos materiais e organizatórios para mobilizar intelectuais segundo os seus interesses. Tudo isso permitiu a classe social dominante, influenciar as produções culturais, a arquitetura, as artes, as ciências, a filosofia e possibilitou novos temas, linguagens, experiências, isto é, a criação de uma nova visão de mundo (*Weltanschauung*), a construção de uma nova racionalidade, da qual os intelectuais contribuíram de forma expressiva para a constituição dessa produção material e simbólica. Conforme Braga (1995, p. 76): “a hegemonia consiste, efetivamente, no exercício de liderança política, intelectual e moral, solidificada por uma concepção unitária e coerente de mundo (ideologia orgânica). Esta direção não se confunde com a subordinação à ideologia da classe hegemônica pelos grupos aliados. Toda relação hegemônica é, necessariamente, pedagógica e se dá entre as distintas forças que a compõem. Esta concepção de mundo que unifica o bloco hegemônico é realmente a expressão orgânica de todo o bloco.

Em síntese, a dimensão fundamental da hegemonia, como capacidade de interpretar e expressar os interesses de determinada classe, para exercer-se e manter-se compreende valores, ideais, princípios, modos de fazer, pensar e dizer, visão do mundo. A hegemonia diz respeito à consciência de classe e compreende também uma visão da Sociedade, da Nação, do Estado e da História. O exercício e a manutenção da hegemonia burguesa no Brasil e, especialmente em São Paulo, foram possíveis pela “síntese de múltiplas determinações” e implicou em pelo menos três níveis de mediações, (1ª) dos intelectuais e os aparelhos de hegemonia, (2ª) da construção de uma nova visão de mundo e (3ª) dos antagonismos de classe:

(1ª) A incorporação dos “aparelhos privados de hegemonia” na análise do Estado por Gramsci, representa um ponto de sutura entre as relações Estado-Classe e relações Estado-Sociedade e são fundamentais para a compreensão das relações entre os intelectuais e a questão da hegemonia burguesa especialmente os intelectuais presentes em um escritório de arquitetura como o ERLLA.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção é “mediatizada”, no caso dos grupos sociais, por todo o tecido social, pelo “conjunto das superestruturas”, isto é, dos “aparelhos privados de hegemonia”, dos quais os intelectuais são precisamente os “funcionários”.

“Seria possível medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” afirma Gramsci (2001, v. 2, p. 20-1).

Esse tipo de intelectual define-se da seguinte forma: “Tanto o capitalismo quanto o Estado nacional tendem cada vez mais à criação e utilização dos intelectuais. A criação dos intelectuais e de outras racionalidades, das condições de existência delas. E isso se fez, no caso das revoluções burguesas inglesa e francesa, ‘privadamente’, como ‘naturalidade’, como simples extensão dessa racionalidade sobre a sociedade. Como hegemonia. Racionalidade que se traduz em cada um dos campos de intervenção histórica: da produção e reprodução da materialidade ao campo do estético e/ou da afetividade” a partir de Dias (1996: 35).

A especialização típica das formações sociais capitalistas acabou por criar para si: “um corpo burocrático de nova estrutura, pois - além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberativos - cria-se um segundo corpo de funcionários, mais ou menos ‘voluntários’ e desinteressados, escolhidos, em cada oportunidade, na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e

os parlamentos; atualmente, o mecanismo vai se ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla assim os regimes e a burocracia. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas” demonstra Gramsci (2001, v. 2, p. 34).

(2ª) O Estado para ser fundado, construído, exige a criação de uma visão de mundo (*Weltanschauung*). A configuração de um Estado significa a construção de uma nova racionalidade, na qual produção material, produção simbólica, articulação de direitos, criação de intelectuais expressam e ampliam a nova racionalidade em ação e que é essencial para uma nova civilização moderna. A Arquitetura Moderna Brasileira se propõe a resolver sua materialidade para que seja possível a construção dessa nova racionalidade, e se torna fundamental para produzir uma nova concepção de mundo ou mundividência.

A construção de uma nova visão de mundo é “racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é a delas” Dias (1996: 34). Hespéria, que é como os gregos chamavam a Itália, é uma metáfora dessa racionalidade nos Trópicos, deste princípio que redefine habilidades e práticas, o modo de viver. Essa racionalidade demanda um processo de adaptação psico-físico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc. Essa racionalidade é a capacidade que uma classe tem de construir sua hegemonia e decorre da possibilidade de elaborar uma visão de mundo própria, autônoma, uma nova civilização.

(3ª) O processo de construção da hegemonia burguesa no Brasil ocorre no cotidiano antagônico das classes e decorre da sua capacidade de elaborar uma visão de mundo autônoma do ponto de vista central das classes, da qual os arquitetos da Arquitetura Moderna Brasileira contribuíram especialmente para sua constituição.

A partir das considerações de Gramsci (2001, v. 3, 8-9), é possível entender que essa centralidade é tomada como “síntese de múltiplas determinações” e é determinante no exercício da hegemonia. Diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória. Para tal finalidade, é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo de lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças. A hegemonia é a elaboração de uma nova *civiltà*, de uma nova civilização. É uma “reforma intelectual e

moral”, é a criação de um “terreno para um ulterior desenvolvimento da “vontade coletiva nacional-popular”, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna.

Com o falecimento de Rino Levi e, especialmente, com a Reestruturação Produtiva⁴ ocorrida no Brasil, o ERLAA teve dificuldades de acompanhar as mudanças nos processos de trabalho, com seus sócios saindo para abrir seus próprios escritórios em meados dos anos 90. A introdução da informática aplicada à arquitetura, por exemplo, tornou desnecessária a manutenção de tantos arquitetos para o detalhamento das plantas. Atualmente, uns poucos profissionais, em seus pequenos escritórios, tem à disposição ferramentas computacionais para projetar, por exemplo, complexos industriais. O mega-escritório sucumbiu ante a chegada das Novas Tecnologias, marcando o início da nova era da produção em geral e especialmente na arquitetura, de uma nova forma civilizatória, a nova *civiltà* “pós-moderna”.

Referências Bibliográficas

- ANELLI, Renato, GUERRA, Abílio, KON, Nelson. **Rino Levi: Arquitetura e Cidade**. São Paulo: Romano e Guerra, 2001.
- _____. **Arquitetura e Cidade na Obra de Rino Levi**. São Paulo: USP, 1995. 319 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- ANTUNES, Ricardo et al. O Averso do Trabalho. **Idéias**. Campinas, ano 9 (2) – 10 (1), 2003.
- ARANHA, Maria Beatriz de C. **Rino Levi: Arquitetura como Ofício**. São Paulo: USP, 2003. 214 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- _____. Rino Levi: Arquitetura como Ofício. **Óculum**. Campinas, n° 3, p. 46-52, março, 1993.
- BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia em Construção**. São Paulo: Xamã, 2001.
- BRAGA, Ruy. Luta de Classes, Reestruturação Produtiva e Hegemonia. In: KATZ, Cláudio, BRAGA, Ruy, COGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias: Crítica da Atual Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado: Por uma Teoria Materialista da Filosofia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DIAS, Edmundo Fernandes et al. Hegemonia: Racionalidade Que se Faz História. In: **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil (1930-1960)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2ª edição. (6 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GONSALES, Célia Helena C. **Residência e Cidade – Arquiteto Rino Levi**. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp050.asp> Acesso em: janeiro 2003.
- _____. **Racionalidade e Contingência na Arquitetura de Rino Levi com Ênfase na Verificação do Diálogo Normativo-Espacial no Processo de Projeto**. Barcelona: UPC-ET-SAB, 2000. 125 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UPC-ET-SAB, Barcelona, 2000.

⁴ Para melhor compreensão dos processos de Reestruturação Produtiva no Brasil ver o livro-dossiê do grupo de pesquisa de ANTUNES, Ricardo et al. O Averso do Trabalho. **Idéias**. Campinas, ano 9 (2) – 10 (1), 2003.

- IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O Ciclo da Revolução Burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LÖWY, Michel. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: **Outubro**, São Paulo, nº 1, p. 73-80, 1998.
- MACHADO, Lúcio Gomes. **Rino Levi e a Renovação da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: USP, 1992. 256 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- MARTINS, Carlos Alberto F. **Arquitetura e Estado no Brasil**: Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil; A Obra de Lúcio Costa 1924/1952. São Paulo: USP, 1987. 225 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- MIGUEL, Jorge Marão C. (1985) **As Casas de Rino Levi**: Um Estudo de Concepção Espacial. São Carlos: EESC-USP, 1985. 225 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Arquitetura de Rino Levi**. In: **Rino Levi**. Milano: Edizioni di Comunità, 1974.
- SALMONI, Anita e DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura Italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, (1953) 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A Farsa do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- _____. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- _____. **A História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- TROTSKY, Leon. **Histoire de la Révolution Russe**. Paris: Seuil, 1962.
- VILLELA, Fábio Fernandes. **Rino Levi – Hespéria nos Trópicos**: A Racionalização dos Processos de Trabalho em Escritórios de Arquitetura e a Interação entre Intelectuais, Estado Desenvolvimentista e a Industrialização em São Paulo. Campinas: UNICAMP, 2003. 324 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.